

Inflação vai terminar o ano perto de 3%, diz Meirelles

Por Fabio Graner, Cristiano Zaia e Marcelo Ribeiro | De Brasília

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que a inflação encerrará o ano no piso da meta estipulado pela equipe econômica, portanto próximo do patamar de 3% ao ano. Segundo ele, isso dá "margem" para a queda dos juros no país.

Nos últimos 12 meses encerrados em 15 de outubro, o IPCA-15, uma prévia do índice ao longo do mês, acumulou alta de 2,71%.

Meirelles também enfatizou que a economia brasileira fechará 2017 crescendo "perto de 3%" e que terá condições de continuar com essa taxa de crescimento no primeiro trimestre do próximo ano. "Este ano o crescimento termina com taxas atualizadas perto de 3%. No ano que vem pode crescer em torno disso; no Orçamento, estamos com 2% para 2018, mas já prontos para revisar", destacou.

Ele também voltou a ressaltar o conjunto de reformas fiscais e microeconômicas já feitas pelo governo, citando o teto de gastos, as mudanças de regras na educação feitas no ensino médio e a reforma trabalhista.

"Por isso tudo, volta o

crescimento econômico e dessa vez forte. Vamos entrar em 2018 podendo crescer a uma taxa de 3% e já se espera o melhor Natal dos últimos anos no Brasil, se espera que o aumento da renda seja evidente para todos", afirmou o ministro da Fazenda.

Meirelles disse que o Programa Avançar, anunciado ontem pelo governo também pode ser incluído no que chamou como "amplo leque de reformas desse país". "Foi muito bem colocado tudo o que será feito e uma coisa impressionante é a situação em que foram encontrados os investimentos e o que foi mudado e será feito nos investimentos. Tudo isso é viável por três pilares fundamentais: a produtividade, a questão fiscal e a infraestrutura. São esses pilares que estão permitindo ao Brasil voltar a crescer, gerar emprego, baixar a inflação e os juros", destacou Meirelles.

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, reforçou a mensagem positiva sobre o cenário de crescimento. "Tiramos o Brasil da pior recessão da sua história e colocamos o país para crescer. Não é palavra minha, nem do governo. É a visão de mercado. O Brasil volta a crescer no próximo ano. E volta ao seu crescimento potencial nos próximos anos", disse Dyogo.

Estatais e bancos públicos 'engordam' valores do Avançar

Por Bruno Peres, Cristiano Zaia
e Fabio Graner | De Brasília

Lançado ontem em uma cerimônia esvaziada, no Palácio do Planalto, o programa Avançar prevê investimentos de R\$ 130,9 bilhões em 7.439 obras até dezembro de 2018. Não há projetos novos no pacote. O foco, segundo ressaltaram diversos ministros na solenidade, é a retomada ou conclusão de obras que estavam paradas ou em ritmo lento.

Em elaboração no governo desde antes da primeira denúncia contra o presidente Michel Temer e com lançamento adiado várias vezes, devido às incertezas no horizonte fiscal, o novo programa terá três fontes diferentes de recursos: R\$ 42,1 bilhões do Orçamento Geral da União; R\$ 29,9 bilhões da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e R\$ 58,9 bilhões de estatais federais, principalmente a Petrobras.

Ao incluir investimentos das estatais e financiamento dos bancos públicos, o governo recorre a um expediente já usado no antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para engordar os valores anunciados no pacote. Caixa e BNDES entram, por

exemplo, com empréstimos para projetos de mobilidade urbana - como linhas de metrô e BRTs.

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, defendeu que o programa é realista e condizente com o momento de austeridade e de ajuste da economia. "Tiramos o Brasil da pior recessão de sua história e colocamos o país para crescer. Não é palavra minha, nem do governo. É a visão de mercado. O Brasil volta a crescer no próximo ano", disse Oliveira.

Segundo ele, o novo programa tem "foco e pé na realidade", garantindo verbas para obras com potencial de entrega até o fim deste governo. Ele também buscou acentuar uma diferença com o PAC: a exclusão de investimentos privados, como concessões, nos cálculos. "Os recursos do Avançar têm disponibilidade orçamentária, contam com critérios de previsão orçamentária e conclusão em 2018. Não são promessas vãs, são coisas concretas que vamos entregar. Não incluímos nada que não seja ação governamental, diferentemente do PAC", comparou o ministro.

Obras como a reforma do aeroporto de Rio Branco (AC), as contrapartidas federais ao trecho norte do Rodoanel de São Paulo, o

financiamento à construção do metrô de Salvador e a duplicação da BR-101 em Alagoas fazem parte do programa.

"Talvez seja o primeiro programa da história que fala em concluir. Antes, os programas eram de prometer e começar. Não há neste programa ideias magníficas e fantasiosas. Há um conceito de responsabilidade, tem data para começar e terminar. É realista e adequado ao momento de ajuste da economia", disse Oliveira.

A coordenação do Avançar ficará na Secretaria-Geral, sob comando do ministro Moreira Franco, mas outras 11 pastas estarão envolvidas. "O que queremos é restabelecer o ambiente de confiança e reafirmar que palavra dada é palavra para ser cumprida", afirmou Moreira.

O ministro disse também que o programa serve para dar respostas à série de "acusações" e "ilações", de que o governo tem sido alvo nos últimos meses. "Com esse programa, damos mais um passo importante, mas nos reunimos também para expressar a força espiritual que está por trás desse projeto, a força que nos fez resistir, nos manteve de pé", acrescentou. (Colaboraram Daniel Rittner e Marcelo Ribeiro, de Brasília)

Programa repete erros do passado e se mostra desnecessário

Por Daniel Rittner | Brasília

Só faltou Dilma Rousseff e seus indefectíveis slides de Power Point. Para quem já não se lembrava dos longos bocejos que tomavam conta da plateia em cada balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a apresentação do "Avançar" foi um excelente refresco para a memória.

Reempacotar obras de infraestrutura com novo slogan é um velho expediente usado pelos marqueteiros que atendem a governos afoitos por mostrar serviço, mas raramente esse tipo de recauchutagem tem algo relevante. É o caso, agora, do programa anunciado ontem por Michel Temer e sua equipe de ministros sedentos por notícias positivas em meio ao interminável desgaste na agenda político-policial.

Em função das restrições orçamentárias e do horizonte de apenas 14 meses até o fim do mandato presidencial, o Avançar

talvez reúna o que de pior havia em seus antecessores. Tem a modéstia do Avança Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso: é incapaz de elevar significativamente o investimento público e, portanto, imperceptível como novo fator de dinamismo para a economia.

Tal como o PAC da era petista, perde-se em uma tentativa desnecessária de engorda. Mesmo quando falta dinheiro no orçamento, programas como esse podem ter um grande mérito: mobilizar diferentes áreas da intrincada máquina administrativa para conferir gerenciamento especial a uma série de empreendimentos classificados como prioridade. Isso tende a remover obstáculos no licenciamento ambiental, acelerar autorizações de agências reguladoras, facilitar o diálogo com órgãos de controle.

Quando mais de 7 mil obras são classificadas como prioritárias, qualquer esforço de mobilização do governo em torno de empreendimentos potencialmente

com maior impacto econômico perde-se no vazio da burocracia. Foi um erro do PAC que o novo programa poderia evitar.

Desembolsos da Caixa Econômica Federal e de estatais federais, como a Petrobras, também foram colocados no âmbito do Avançar como forma de deixá-lo com números mais substantivos. Pura besteira. Eram financiamentos ou investimentos já previstos. Servem como uma tentativa desnecessária de fazer com que pareça menos tímido.

É louvável o compromisso de não contingenciar recursos orçamentários e entregar obras paralisadas até o fim de 2018, mas essas "garantias" parecem frágeis em meio à deterioração das contas públicas e ao risco de frustração de receitas no ano que vem. Nem que seja por precaução, é melhor não acreditar piamente na promessa. Para um governo que tem se mostrado tão pragmático, mas vive a crise fiscal mais grave da história recente, o Avançar está fora de lugar.

Próximo governo começa mal

VINICIUS TORRES FREIRE

A reforma da Previdência mínima que o governo pretende aprovar no Congresso seria bastante para irritar o eleitorado e insuficiente para evitar um aumento crítico das despesas.

Por "crítico" entenda-se: por volta de 2020, segundo ano do próximo presidente, as contas vão estourar o limite de gastos estabelecido pelo teto constitucional. Partes do governo vão parar de vez. Não haverá dinheiro para investimento "em obras".

Ou seja, mesmo com a reforma mínima, "desidratada" ou "aprovável", o próximo governo deve ter de propor logo de cara uma combinação de mudanças que inclua nova mexida na Previdência, uma reformulação grande do gasto com servidores e um aumento de impostos.

Seria possível adiar o problema por uns dois anos caso a economia crescesse uns 4% ao ano de 2018 a 2020, com as receitas federais crescendo um tantinho além disso. Quem quiser que aposte em sorte grande para peitar o colapso.

Essas são as perspectivas otimistas, dado o quadro de desordem política, de desatino e irresponsabilidade quase geral de

quem conduz o país. Não há garantia de que passe alguma mudança previdenciária, mesmo uma mexida que preserve 50% das economias projetadas pela reforma apresentada pelo governo no fim do ano passado.

Para começar, a negociação de alguns votos para a reforma depende de mudança no ministério, que depende de acertos para a campanha eleitoral de 2018. Além do mais, o acervo de cargos disponíveis não é suficiente para adquirir votos bastantes. Há partidos que já negaram apoio, não importa a barganha, de resto. Para piorar, o desfazimento do PSDB ainda piora a situação.

Apenas vai haver menos incerteza sobre o que restará do projeto de reforma lá pelo dia 20. Difícil sobrar algo além da idade mínima, das regras de cálculo do valor da aposentadoria e da equiparação das aposentadorias de servidores com trabalhadores do setor privado. Sabe-se lá o que será de regra de transição.

De acordo com a mais recente projeção conhecida para os gastos previdenciários com e sem reforma, isso não daria nem 40% da economia prevista inicialmente, que além do mais seria mais significativa apenas a

partir de 2021 ou 2022.

Devem cair da reforma o aumento do tempo mínimo de contribuição (de 15 para 25 anos), os limites para acumulação de pensões e aposentadorias, as mudanças na Previdência do trabalhador rural e nos benefícios para idosos pobres e para incapacitados para o trabalho por deficiência (BPC).

Como se não bastasse, deputados querem mexer na DRU, grosso modo uma norma que desobriga o governo a gastar parte do dinheiro dos impostos em suas destinações originais, o que facilita o fechamento das contas. Caso passe a mexida na DRU, em tese aumentam as despesas obrigatórias, que já são maiores que a receita. Está tudo estourado.

A equipe econômica tenta fazer uns milagres de modo a não entregar um governo na penúria total ao presidente de 2019. Mas há cortes que já chegaram ao limite do desastre, caso da ciência ou de infraestrutura. Esse pacote que o governo lançou, o Avançar, é apenas um compromisso de gastar melhor em obras o pouco dinheiro que há, um orçamento 46% inferior ao de 2015. Talvez dê para fazer, em 2018. Em 2020, não vai dar.

AGENDA POSITIVA

Governo promete R\$ 130 bi para retomar obras paradas

DE BRASÍLIA - Em busca de uma agenda positiva, o governo Michel Temer lançou nesta quinta (9) o programa Agora é Avançar, que promete investimentos de R\$ 130 bilhões para retomar obras paradas e projetos de infraestrutura até o fim de 2018, ano de eleição.

As obras abrangidas já estavam listadas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), plano dos governos Lula e Dilma e que foi um dos principais alvos do forte contingenciamento de recursos nos últimos anos.

Os investimentos públicos, em 2017, estão no patamar mais baixo dos últimos dez anos. Essas despesas são as candidatas naturais a corte em tempos de ajuste, uma vez que mais de 90% do Orçamento obedece a regras de desembolso que não podem ser mudadas sem reformas.

Por outro lado, eles são um

importante estímulo à economia, que acaba de sair de uma de suas piores recessões.

Dyogo Oliveira (Planejamento) disse que as obras do programa terão prioridade na execução do Orçamento. “É um programa de conclusão de obras, não de início.”

Para o economista Sergio Vale, da MB Associados, priorizar o programa é difícil por causa da regra do teto de gastos, que determina que as despesas não podem exceder a inflação do ano anterior.

“Não há espaço para aceleração do investimento nos próximos anos. O programa é um empacotamento, juntando todos os investimentos possíveis dentro da estrutura do setor público”, afirmou.

As obras realizadas em parceria com a iniciativa privada, diferentemente do que ocorria com o PAC, não estão listadas no Avançar é Agora.

Reforma da Previdência vira jogo de empurra entre governo e Congresso

Articulação política. Temer tenta transferir à Câmara a responsabilidade por votar as mudanças nas regras de aposentadoria ainda este ano, mas deputados pressionam para que o Planalto assuma as negociações e reorganize a base aliada para garantir aprovação

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes
Igor Gadelha

A reforma da Previdência virou um jogo de empurra entre o governo e o Congresso Nacional. Mesmo sem qualquer segurança de que conseguirá os votos necessários para a aprovação – apesar de ter concordado com inúmeros cortes no projeto original – o governo lançou à Câmara a responsabilidade de votar a reforma ainda este ano.

Líderes partidários e o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), alertaram ontem o presidente Michel Temer, para as resistências que permanecem na base aliada. Segundo apurou o Estado, Maia chegou a propor que Temer chame, na próxima semana, os líderes individualmente para

ouvir as demandas e “angústias”, já que em reuniões amplas é mais difícil para eles “manifestarem suas preocupações”.

E sugeriu ao presidente uma espécie de calendário de articulação: de hoje até o dia 21, a organização da base para votar MPs mais impopulares e dar um sinal de que é possível avançar na Previdência. “Ainda não há, na articulação política, a solução para votação aqui na Câmara. A gente sente que os líderes ainda estão com muita dificuldade para convencer seus deputados”, disse Maia.

À noite, questionado se considera já ter os 308 votos para a aprovação, Temer respondeu: “Ah, vamos contando.”. Disse que “está animado” com as negociações dos últimos dois dias e comentou que “há (chances) sim” de vitória. Não é o que indicam os líderes políticos no Congresso. A preocupação é tanta que, durante o café da manhã oferecido ontem por Maia, que teve a participação do próprio Temer, as demandas giraram em torno da articulação política.

As mudanças no texto em si praticamente não foram discutidas. Os pontos do novo texto já estão praticamente definidos. Mas o governo deve ceder em mais uma medida da “batalha contra privilégios”: a limitação de acúmulo de pensões e aposentadorias a dois salários mínimos (o equivalente hoje a R\$ 1.874,00). O líder do PR, deputado José Rocha (BA), deu o tom da resistência.

“O PR não vota de jeito nenhum. Reforma da Previdência tem que ser votada em início de mandato. Pelo menos no Nordeste, quem votar a reforma está morto (politicamente). O cara vota e não volta.” Para tentar tornar a reforma da Previdência “mais palatável” aos parlamentares, os principais articuladores do governo decidiram incluir um artigo para retirar as receitas da Seguridade Social do alcance da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Esse instrumento permite que o governo use livremente 30% das receitas com tributos que são carimbados por lei e destinados a determinados fundos ou despesas.

Estratégia é aprovar reforma fatiada

Governo quer deixar de fora mudanças na Previdência que podem ser encaminhadas depois por projetos de lei ou medidas provisórias

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli
Igor Gadelha

A estratégia do governo para tentar aprovar a reforma da Previdência é permitir a exclusão de mudanças que podem ser encaminhadas depois, por meio de projetos de lei ou medidas provisórias, que precisam de quórum menos qualificado do que as mudanças constitucionais para serem aprovados. Os pontos que permanecerão no projeto compõem uma espécie de “reforma-âncora”.

Isso inclui a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, equiparação de servidores públicos e privados nas normas previdenciárias e regras de transição. Todos têm de ser feitos por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e necessitam de pelo menos 308 votos para aprovação. Os projetos mais simples exigem maioria simples no plenário da Câmara.

O texto-âncora é o que vai garantir uma espécie de “ponte”

para tentar evitar que o teto de gastos estoure já em 2019, como pode ocorrer se nenhuma reforma para reduzir as despesas obrigatórias for aprovada, segundo cálculos de especialistas dentro e fora do governo. Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a dizer que sem alteração na Previdência, o governo não conseguirá cumprir o teto de gastos no médio prazo.

O governo quer evitar abrir espaço para a revisão do teto no seu terceiro ano de vigência (2019). Mesmo sendo um novo governo, isso seria interpretado como um fracasso da política econômica de Michel Temer. Lideranças políticas admitiram na reunião de ontem na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que será necessário promover mais alterações, no futuro, para manter a sustentabilidade das contas públicas.

Logística.

A vantagem é que boa parte das medidas excluídas nas negociações de agora podem ser resgatadas no futuro em projetos de lei ou até MPs, que têm vigência imediata. Entre esses pontos estão a elevação do tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria,

hoje em 15 anos, os critérios para a concessão da aposentadoria rural, e a idade mínima para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos de baixa renda.

Ainda podem ir por projeto de lei mudanças na regra de cálculo dos benefícios, tanto das aposentadorias quanto das pensões por morte, e alterações na Previdência dos militares, ainda intocadas. Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, em 2019 o teto estará comprometido.

“Na verdade, essa conta considera alguma reforma da Previdência, como idade mínima, já que os efeitos são maiores a médio e longo prazos”, adverte Salto. De acordo com os cenários traçados, a margem fiscal de cerca de 10% das despesas sujeitas ao teto pode não apenas ser zerada como se tornar negativa, diante da impossibilidade operacional de cortar 100% dos gastos.

“Fica evidente o senso de urgência em torno do avanço da revisão dos gastos obrigatórios”, diz Salto. Simulações do Ministério do Planejamento mostram que gastos com os benefícios da Previdência e BPC saltam de 55% em 2017 para 82%





em 2026 sem a reforma. As projeções foram feitas com base na proposta aprovada na Câmara e que agora será desfigurada.

O governo tenta preservar mais de 50% da economia prevista no projeto original, de R\$ 800 bilhões. Para o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e exsecretário de Política Econômica, Manoel Pires, o teto está desmoronando, o que exigirá uma revisão em 2019, mesmo com aprovação da reforma mais enxuta. Pires lembra que as mudanças propostas na nova versão não têm impacto no curto prazo. O consultor legislativo do Senado, Pedro Nery, avalia que a vantagem da aprovação de uma minirreforma é dar fôlego ao teto de gastos.

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO E CARLAARAÚJO

PONTO A PONTO

Das medidas previstas originalmente na reforma da Previdência...

● **O que o governo poderia fazer por projeto de lei ou medida provisória:**

- Mudança de cálculo de todos os parâmetros, incluindo acabar com a fórmula 85/95 e fixação de novo cálculo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pensão por morte
- Endurecer os requisitos para concessão da aposentadoria rural
- Aumentar o tempo mínimo de contribuição da aposentadoria por idade, hoje fixado em 15 anos
- Elevar a idade mínima para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos de baixa renda
- Mudar qualquer coisa em relação aos militares
- Aumentar a contribuição dos servidores inativos

● **O que só uma emenda à Constituição (PEC) pode permitir:**

- Idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição no INSS (fica)
- Regras de servidores públicos (além da contribuição dos inativos), incluindo idade, valor da pensão por morte, integralidade e paridade (fica)
- Restrição à acumulação dos benefícios (deve sair)

Temer relança ‘Avançar’ sem projeto novo

Programa que substitui o PAC tem 11 obras com ‘indícios graves de irregularidades’, segundo relatórios do Tribunal de Contas da União

André Borges
Carla Araújo

O governo anunciou ontem a nova versão do programa Avançar, que havia sido lançado inicialmente em junho deste ano como substituto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesta reedição, o governo anunciou que vai concluir, entre 2017 e 2018, 7.439 projetos e destacou 34 obras como prioritárias.

Nenhuma é nova, porém, e pelo menos 11 delas foram enquadradas, em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), no critério de “indícios de irregularidades graves”, segundo apurou o ‘Estado’. O anúncio do novo Avançar foi mais uma tentativa do governo Temer de criação de uma agenda positiva, em seu esforço de contrapor a crise política com medidas favoráveis no campo econômico.

O programa, que reúne investimentos da União, estatais e financiamentos de bancos públicos, tem previsão de

investimentos de R\$ 130,97 bilhões entre 2017 e 2018, sendo R\$ 42,15 bilhões pela União, R\$ 29,91 bilhões por projetos apoiados pela Caixa Econômica, BNDES e FGTS; e R\$ 58,91 bilhões por Eletrobrás e Petrobrás. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que fazia parte também do governo Dilma Rousseff, afirmou na cerimônia de relançamento do Avançar, no Planalto, que agora o conceito do programa é de “responsabilidade”.

“Não há neste programa ideias fantasiosas, nem ideias magníficas”, disse, sem citar diretamente o PAC, que antecedeu o programa atual. Segundo Oliveira, os R\$ 130 bilhões de investimentos previstos já estão garantidos no Orçamento. ‘São obras com orçamento, com datas para começar e terminar.

É um programa realista.” Ele ressaltou que o primeiro critério utilizado para o Avançar foi a disponibilidade orçamentária. “São obras que efetivamente têm possibilidade de entrega até o fim do ano que vem.”

Sob suspeita.

Uma das obras destacadas no programa anunciado ontem é a construção do trecho norte do

Rodoanel, projeto emblemático de São Paulo.

Ele figurou esta semana, no rol de empreendimentos que o TCU recomendou paralisar por causa de irregularidades. Os problemas encontrados pela corte de contas em um terço das obras prioritárias do Avançar envolvem desde utilização de estudos deficientes até casos de superfaturamento, entre outros tipos de fraude.

No caso do Canal do Sertão de Alagoas, projeto de distribuição de água destacado pelo Palácio do Planalto, a recomendação do TCU é também de suspensão do projeto por causa de superfaturamento.

Discursos.

O presidente Michel Temer usou boa parte do seu discurso para destacar o apoio do Congresso e feitos de sua gestão.

“Quando assumimos o governo a primeira coisa que pensamos é que o governo deveria ter marcas. Não marcas referentes a obras ou empreendimentos, mas marcas de interlocução, por isso a primeira palavra que veio a nossa mente foi a palavra diálogo”, disse. Sem citar diretamente a ex-presidente Dilma Rousseff, Temer afirmou que “há muito tempo não se fazia”





diálogo com o Congresso.

Na cerimônia realizada ontem no Palácio do Planalto, o secretário-geral da Presidência, ministro Moreira Franco, reafirmou que a recessão econômica acabou e a retomada das obras com orçamento público é a prova disso. Moreira Franco

também criticou as acusações contra o governo Temer.

Alvo de investigações da Operação Lava Jato, Moreira disse que há uma “força espiritual” por trás do programa de obras de infraestrutura. “A força que nos fez resistir e nos manteve de pé, que

nos deu a resiliência necessária para enfrentar todas as acusações e ilações que contra o governo foram lançadas durante meses e meses, continuamente”, discursou.

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

PROMESSAS

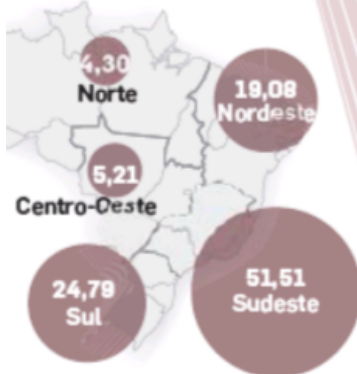
● Programa Avançar, do governo federal, prevê a realização de 7.439 projetos

Investimentos totais entre 2017 e 2018

R\$ 130,97 bilhões

Investimentos por Região*

EM BILHÕES DE REAIS



*R\$ 25,1 BILHÕES SERÃO DESTINADOS A PROJETOS REGIONAIS E NACIONAIS

Petróleo e gás
R\$ 45,16 bi

Transporte
R\$ 24,12 bi

Habitação
R\$ 15,91 bi

Geração de energia
R\$ 9,05 bi

Política social
R\$ 9,03 bi

Defesa
R\$ 8,99 bi

Saneamento
R\$ 7,39 bi

Mobilidade urbana
R\$ 6,61 bi

Transmissão de energia
R\$ 3,97 bi

Acesso à energia
R\$ 730 ml

As 11 obras com irregularidades graves

ALAGOAS

Canal do Sertão de Alagoas

CEARÁ

Cinturão das Águas do Ceará

ESPÍRITO SANTO

Melhoramentos no Aeroporto de Vitória

GOIÁS

Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Sul

PARÁ

Trechos do corredor da BR-163

PARAÍBA

Canal Adutor Vertente Litorânea

PERNAMBUCO

Implantação da Adutora do Pajeú

PARANÁ

Obras da BR-163 no trecho de Marmelândia

PARANÁ

Obras de dragagem do Porto de Paranaguá

RIO GRANDE DO SUL

Melhoria de capacidade da BR-116

SÃO PAULO

Construção do Rodoanel de São Paulo - Trecho Norte

TRABALHO »**Abin: Cebraspe será banca**

A concurso para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) avançou mais uma casinha. O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) foi escolhido como banca organizadora da seleção, de acordo com o Diário Oficial da União de ontem. Estarão em disputa 300 vagas para contratação imediata. Conforme a portaria de autorização do certame, publicada pelo Ministério de Planejamento, o edital com as regras do concurso será lançado até 17 de janeiro de 2018.

Do total de vagas, 220 serão para oficial de inteligência, 60 para oficial técnico de inteligência e 20 para agente de inteligência. De acordo com a tabela de remuneração dos servidores da União, o salário inicial para oficiais é de R\$ 16.620,46; de oficiais técnicos, de R\$ 15.312,74; e de agentes, de R\$ 6.302,23.

A autorização para o concurso é esperada há anos. Desde 2011, o órgão pede a contratação de profissionais. Neste ano, foi solicitada seleção com 730 oportunidades, mas só foram aprovadas 300. Por isso, especialistas avaliam que há grandes chances de a Abin abrir cadastro reserva e, de fato, chamar todos os aprovados devido à necessidade de servidores. Atualmente, a agência conta com 341 servidores, sendo que somente 259 estão ativos.

A última seleção para a carreira de inteligência da Abin foi realizada há sete anos. Em setembro de 2010, foram ofertadas 100 vagas, 70 para oficial e 30 para agente. A remuneração era de R\$ 10.216,12 e R\$ 4.211,04, respectivamente. No total, 49.275 pessoas se inscreveram para participar da seleção organizada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

TRABALHO »**Força Nacional acompanha greve**

Soldados ocupam ministérios para proteger o patrimônio. Trabalhadores foram aconselhados a recolher pertences

Para evitar depredação no Dia de Paralisação convocado por servidores e centrais sindicais, policiais estarão na Esplanada. Funcionários públicos são contra medidas do governo que adiam reajuste e elevam contribuição previdenciária da categoria

» VERABATISTA

A Força Nacional está de prontidão para garantir a tranquilidade na Esplanada durante a paralisação organizada por servidores e centrais sindicais. Para evitar episódios de depredação de patrimônio público, policiais estão acampados nos auditórios dos

ministérios, principalmente no do Planejamento, alvo principal dos funcionários públicos descontentes, já que foi da pasta que saíram as medidas provisórias que determinam o adiamento dos reajustes da categoria e o aumento da alíquota previdenciária.

Na Fazenda, que lidera o debate sobre a reforma da Previdência, funcionários e jornalistas que cobrem diariamente a pasta foram aconselhados a recolher todos os pertences. Ontem, o esquema de segurança foi testado na vigilância de um grupo de 50 pessoas da comitiva “Brasileiros na Estrada — Pelo Brasil, contra a corrupção”, que fez

uma cavalgada de mulas, de Campo Verde (MT) a Brasília. Na capital, seguiu pelo gramado central, do Teatro Nacional à Avenida das Bandeiras.

Programação

O Dia Nacional de Paralisação começa às 8h e termina no fim da noite, em todo o país. A data de protestos contra o pacote de medidas do governo, em conjunto com as centrais sindicais, é o pontapé inicial para diversas outras atividades do funcionalismo público (estadual, municipal e federal), em repúdio às propostas do governo e do Congresso, que preveem postergação do reajuste salarial de 2018 para 2019, elevação da alíquota previdenciária de 11% para 14%, além da reestruturação das carreiras, com salário inicial máximo de R\$ 5,1 mil, Programa de Desligamento Voluntário (PDV), redução da jornada de trabalho e licença incentivada, e projeto de demissão de concursados por desempenho ineficiente.

Expectativa

A expectativa das associações que representam servidores é de que a participação no movimento será grande, principalmente depois que a Força Nacional foi convocada. Na opinião de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), não





são só os funcionários públicos que estão insatisfeitos e devem aderir ao movimento.

Gibran Jordão, presidente da Federação dos Trabalhadores das Universidades (Fasubra), disse que as representações do funcionalismo protocolaram mais de 250 emendas ao projeto do governo que muda as regras da administração federal, com efeito cascata nos estados e municípios. As carreiras de elite do Fonacate se uniram ao carreirão, no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe).

“Nosso calendário de luta começa hoje e vai até o dia em que o governo desistir da tentativa de botar o servidor como o bode expiatório da crise. Vamos participar de audiências na Câmara e no Senado e campanhas de esclarecimento à sociedade. Faremos nova manifestação, no dia 28, e ato público, dia 29, para anunciar uma ação jurídica contra a

MP nº 805. Não vamos admitir a retirada de nenhum direito”, reforçou Jordão.

PF não adere

Os policiais federais não vão aderir à greve geral. “Apesar do nosso descontentamento, achamos melhor não participar pelo componente político e partidário do movimento. E também evitar enfrentamento com colegas e conter essa sequência de atritos. Estamos preocupados. Os ânimos estão exaltados pela convocação da Força Nacional”, declarou Luís Boudens, presidente da federação que representa agentes, escrivães e papiloscopistas da PF (Fenapef). Os protestos, nos quais as centrais sindicais são as principais organizadoras, acontece um dia antes da vigência das novas leis trabalhistas. As centrais também se opõem à proposta de reforma previdenciária que tramita no Congresso.

Clima quente

Servidores promovem Dia Nacional de Paralisação para protestar contra a reforma trabalhista e medidas que afetam o funcionalismo

- ▶ As manifestações começam às 8h e acabam no início da noite.
- ▶ Os protestos reúnem servidores federais, estaduais e municipais e centrais sindicais contra reforma trabalhista e a MP nº 805/2017, que posterga os reajustes salariais de 2018 para 2019 e eleva a contribuição previdenciária de 11% para 14% da remuneração.
- ▶ O 10 de Novembro será a largada para outras atividades do funcionalismo. Veja o calendário:

10/11	Dia Nacional de Paralisação Manhã — Espaço do Servidor na Esplanada dos Ministérios Tarde — Rodoviária, em conjunto com as centrais sindicais
14/11	Reunião das assessorias jurídicas das entidades do Fonasefe e do Fonacate
16/11	Nova reunião dos fóruns de servidores
20/11	Audiência pública no Senado Federal
21/11	Audiência pública na Câmara dos Deputados
27/11	Seminário do Fonacate: “Qual serviço público que queremos?”, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara
28/11	Caravana Nacional do Funcionalismo a Brasília, com manifestações na Esplanada dos Ministérios
29/11	Ato público no Judiciário para anunciar ação jurídica contra a MP nº 805

Outras iniciativas

- ▶ Solicitação de audiência com os presidentes da Câmara e do Senado e lideranças do governo e da oposição nas duas Casas.
- ▶ Nota pública das entidades do Fonasefe e do Fonacate convocando para novos protestos contra o “pacote de maldades” da equipe econômica do presidente Michel Temer.

Pauta de reivindicações dos servidores

- ▶ Em defesa dos serviços públicos de qualidade para a população.
- ▶ Revogação e retirada de todas as MPs e projetos de lei que prejudicam o funcionalismo (MPs 805 e 792/2017 e PL 116/2017).
- ▶ Não à reestruturação das carreiras do funcionalismo.
- ▶ Não à reforma da Previdência.
- ▶ Revogação da Emenda Constitucional nº 95. Não à reforma do ensino. Não à reforma trabalhista. Fim das terceirizações.
- ▶ Contra as privatizações.
- ▶ O ajuste fiscal não pode atingir os trabalhadores. Bancos e detentores de grandes fortunas devem pagar pela crise.

Fontes: Fonacate, Fonasefe, centrais sindicais

PODER EM CRISE » **O PAC de Temer**



Temer com os ministros: previsão de investimentos de R\$ 130 bilhões até o final do próximo ano

Enquanto tenta aprovar parte do texto original da reforma da Previdência, o presidente anuncia a ampliação de programas e obras para garantir apoio de governadores e empresários. Distrito Federal tem cinco empreendimentos contemplados

» PAULO DE TARSO LYRA
» RODOLFO COSTA
» NATÁLIA LAMBERT

Diante das dificuldades de aprovar a reforma da Previdência no Congresso, o presidente Michel Temer organizou ontem uma

solenidade no Planalto para mostrar que é capaz de fazer a economia girar mesmo se não conseguir alterar as regras de aposentadoria. Sem a presença dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), Temer apresentou o Programa Avançar, com previsão de investimentos de R\$ 130,97 bilhões até 2018.

A intenção é retomar e finalizar 7,44 mil obras que estavam paradas ou em ritmo lento. O projeto prevê ações em rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos. E também em áreas sociais, como


habitação, saneamento e drenagem, recursos hídricos, mobilidade urbana, contenção de encostas e centros de artes e esportes unificados, creches, quadras, unidades básicas de saúde, entre outras.

A medida é um agrado aos empresários e ao mercado, para mostrar que o governo não está paralisado. O próprio ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, reconheceu isso. “Ficamos os últimos 18 meses de governo tentando recuperar a credibilidade. Hoje, os pagamentos estão em dia e só no ano passado pagamos R\$ 42 bilhões em obras. Este ano, fizemos uma programação da execução com o orçamento, e vamos continuar avaliando até o fim do ano”, declarou.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), João Carlos Martins, avalia que o governo tenta recuperar a confiança dos empresários. Mas discorda de que seja um agrado para sinalizar que a reforma da Previdência pode não sair. “A reforma vai sair. Não tem como ninguém aguentar o estratosférico rombo”, ponderou.

Foi o primeiro evento público do presidente após a Câmara enterrar a segunda denúncia contra ele, por corrupção passiva e obstrução de justiça. “Ao longo dos últimos cinco meses, muita gente temeu por uma crise política, mas veja só, debelada a recessão, foi nesse período que a





economia voltou a crescer”, disse Temer. “Fomos contestados do ponto de vista da oposição aguerrida e orgânica que não aceitou o governo posto e legitimado. Depois, fomos contestados do ponto de vista moral, mas eu sempre afirmei que as coisas viriam à luz”, lembrou.

Em todos os discursos proferidos, foi possível ler nas entrelinhas alfinetadas internas do governo. Responsável por definir o caderno de obras, o ministro da Secretaria de Governo, Moreira Franco, aproveitou para criticar o rigoroso fiscalismo do titular da Fazenda, Henrique Meirelles. “Asseguro que Meirelles não deixará faltar dinheiro para esses projetos”, brincou Moreira.

Como uma maneira de agradar à base aliada e reverter a impopularidade, o Nordeste será a

região com o maior número de obras contempladas: 3.186, com investimentos de R\$ 19 bilhões. Por outro lado, nada menos que 2.254 obras estão ligadas à pasta da Saúde, do ministro Ricardo Barros, do PP, um dos partidos que mais cobra a reforma ministerial e namora a pasta de Cidades, hoje nas mãos do PSDB.

Apesar das recentes revisões da meta de deficit fiscal, o governo elaborou um programa que se desdobra em três subprodutos: o Avançar Cidades, que disponibilizará R\$ 29,9 bilhões da Caixa Econômica Federal, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Avançar Energia, que injetará R\$ 58,9 bilhões de empresas estatais no setor de energia; e o Avançar com recursos do orçamento geral da União, de R\$ 42,1 bilhões.

A foto sem a faixa

A foto oficial do presidente da República, Michel Temer, foi, enfim, divulgada. E sem a faixa presidencial, diferentemente dos ex-presidentes. O Palácio do Planalto publicou ontem no site da Presidência a imagem, que estampará os gabinetes ministeriais. A foto foi feita pelo fotógrafo Beto Barata, em maio deste ano, na biblioteca do Palácio da Alvorada, moradia oficial do peemedebista. Em janeiro, a foto oficial então escolhida virou alvo de piadas nas redes sociais. Na imagem, Temer aparecia com uma faixa presidencial, colocada sob ele por montagem.





» Projeto para o fim do mandato

Confira as principais obras previstas no PAC de Temer

Investimento

R\$ 130,97 bilhões

Prazo

até dezembro de 2018

Projetos

7.439 ações

Áreas

Rodovias	57 ações
Ferrovias	2
Hidrovias	11
Aeroportos	43
Portos	11
Habitação	200 mil
Saneamento e drenagem	50
Mobilidade urbana	15
Contenção de encostas	11
Centros de artes e esportes unificados	102
Creches	425
Centros de iniciação ao esporte	27
Cidades históricas	61
Infraestrutura turística	23
Quadras esportivas	2.144
Saneamento	434
Unidades básicas de saúde	2.214
Unidades de pronto atendimento	40

Confira algumas das principais obras no Distrito Federal

- » Implantação do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) de Águas Lindas de Goiás e RIDE (Sistema Corumbá Sul)
- » Ampliação do SES (Sistema de Tratamento de Esgoto) do Lago Sul e Grande Colorado (rede coletora e elevatórias)
- » Minha Casa, Minha Vida
- » Ampliação do SES (Sistema de Tratamento de Esgoto) em **Samambaia**, unidade de gerenciamento do lodo na ETE Melchior
- » Praças em Brasília, modelos de 7.000m²
- » Linha de transmissão Luzânia-Distrito Federal

"Os 50% do projeto" da aposentadoria

»ALESSANDRAAZEVEDO
» HAMILTON FERRARI
Especial para o Correio

O governo retomou os esforços, mas continua acumulando derrotas em relação à reforma da Previdência. Além das dezenas de mudanças que precisaram ser feitas durante a tramitação na comissão especial, que gerou um relatório bem mais enxuto que o texto original, agora o discurso é que “do perdido, a metade” já serve, como enfatizou mais de uma vez nos últimos dias o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287, deputado Arthur Maia (PPS-BA). Os R\$ 800 bilhões de economia esperados para os próximos 10 anos com a reforma caem a cada reunião da equipe econômica com a base aliada. O objetivo, agora, é garantir pelo menos R\$ 400 bilhões, ressaltou ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meireles, em evento na Escola de Administração Fazendária (Esaf). “Seja qual for a reforma aprovada, ela precisa ter ganhos fiscais substancialmente maiores do que 50% do que seria arrecadado na proposta original”, disse. Mas, em termos de conteúdo,

as concessões já ultrapassam a metade do que o governo esperava. Ao fim das negociações, devem restar no texto a idade mínima — de 65 anos, para homens, e 62, para mulheres —, a equiparação das regras entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, a regra de transição e, talvez, as propostas para economizar com pensões por morte, como o limite de dois salários mínimos para acúmulo de benefícios e a fórmula de cálculo de 50% da aposentadoria do segurado, mais 10% por dependente.

A contragosto, o governo entendeu que será impossível aumentar o tempo de contribuição para aposentadoria, hoje de 15 anos (a proposta era que saltasse para 25), e que tocar no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda, e na contribuição dos trabalhadores rurais, seria um tiro no pé, porque são medidas impopulares, que não passariam na Câmara. “Todas as alterações que estão sendo feitas são no sentido de preservar direitos de quem tem menos e acabar com privilégios”, disse o relator.

Entrevista / Ives Gandra Martins Filho **"JUIZ TEM QUE CUMPRIR A REFORMA TRABALHISTA" »**

Presidente do TST critica magistrados que ameaçam não aceitar mudanças na CLT e diz que novas regras serão benéficas para a sociedade

» VERABATISTA

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Ives Gandra Martins Filho faz uma advertência aos juízes e fiscais que, alegando inconstitucionalidade, ameaçam descumprir a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso, que entra em vigor neste sábado. “O magistrado, quando toma posse, faz juramento de cumprir a Constituição e as leis da República. Não existe desobediência civil”, alerta. Já os fiscais, observa, podem ser cobrados pelas chefias e até contestados judicialmente. O ministro não descarta a possibilidade de o governo entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação declaratória de constitucionalidade para encerrar a controvérsia.

Ives Gandra garante que a reforma elevará os índices de emprego e pacificará as relações entre patrões e empregados. “É muita ignorância e preconceito achar que se vai precarizar tudo, quando na verdade está definido o que não

pode negociar. Aquilo que pode é o que hoje o trabalhador já pede.” Ele assinala que, com a antiga Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Brasil nunca esteve em situação de pleno emprego. “Tivemos uma série de denúncias de corrupção e de muito desvio de dinheiro”, diz.

O ministro destaca que a flexibilização somente aumentará a rotatividade se não valer para os contratos atuais. “Eu, pessoalmente, não tenho dúvida de que o novo regime é para todos os trabalhadores. Não é só daqui para a frente.” Ele defende ainda mudanças radicais no Judiciário, com o fim de todos os penduricalhos que inflam os salários de magistrados e aumentam os gastos públicos. Uma das saídas é congelar os subsídios da classe por, pelo menos, cinco anos, até que todos façam jus ao adicional por tempo de serviço (ATS). “Já conversei com magistrados. Pelo menos os da Justiça do Trabalho concordam”, revela.

“É muita ignorância e preconceito achar que se vai precarizar tudo, quando na verdade está definido o que não pode negociar. Aquilo que pode é o que hoje o trabalhador já pede”

A reforma trabalhista tem sido combatida por várias categorias de trabalhadores. Quais os pontos mais importantes?

A espinha dorsal da reforma é, claramente, o prestígio à negociação coletiva. Após dois anos na vice-presidência do TST, conciliando greves nacionais e dissídios coletivos, estou convencido de que quem sabe o que é bom para cada segmento são os trabalhadores e os empregadores. Não adianta querermos, com a Justiça do Trabalho, estabelecer as condições. O trabalhador tem que ser ouvido, por meio dos sindicatos, e as empresas têm que dizer, em época de crise, o que têm ou não condição de dar.

Críticos afirmam que o trabalhador é a parte mais fraca. Exemplo disso é que, no Brasil, ainda há casos de trabalho escravo e precarização.

Eu fico muito tranquilo, porque a reforma tratou de itens importantes: 15 pontos podem ser negociados e 26 não podem. O que diz respeito a saúde, medicina e segurança do trabalho não vai ser negociado. É muita ignorância e preconceito achar que se vai precarizar tudo, quando, na verdade, está definido o que não pode. Aquilo que pode é o que hoje o trabalhador já pede. Por exemplo: ter menos tempo de almoço e sair mais cedo. Se me perguntassem, diria





na hora: é o que quero e tento fazer.

Vários analistas dizem que seria melhor incluir alguns artigos para contemplar as mudanças da modernidade, do que cortar ou substituir o que já estava na CLT, até porque, com ela, houve avanços na economia e pleno emprego.

Depois da Lei Complementar nº 95/1998, estabeleceu-se um modo de redigir leis. Não é possível ir incluindo e reenumerando. É preciso, organicamente, estabelecer como vai ser o diploma legal, de forma a facilitar o acesso. E, discordo, não tivemos pleno emprego. Tivemos uma série de denúncias de corrupção e muito desvio de dinheiro.

O que muda com a reforma?

A Justiça do Trabalho tinha que intervir e acabava concedendo direitos sem base legal. Isso acabou onerando as empresas e criando uma crise produtiva. Não se consegue produzir com tal peso de encargos sociais. Veja que interessante: o próprio governo Dilma (Rousseff) — acusado de tantos desvios —, concluiu que precisava editar uma medida provisória (MP) de flexibilização, para salvar o setor automotivo. E foi exatamente essa MP, renovada pelo governo Temer, que deu o pontapé inicial da reforma trabalhista. Em crise econômica não adianta querer dar tantos direitos, porque não se garante a empregabilidade.

Há cálculos de quantos empregos serão criados ou quanto o país crescerá a partir de 11 de novembro?

Estudei a reforma trabalhista em cinco países: Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal. Na Espanha, o desemprego caiu de 22% para 15%. Lá, a constitucionalidade foi questionada, como acontece aqui. O tribunal constitucional espanhol concluiu que não dá para conseguir pleno emprego só aumentando os direitos laborais. Chega um momento que a equação não fecha. Então, a reforma espanhola foi tida como constitucional, houve necessidade de flexibilizar o direito trabalhista, como está sendo feito agora no Brasil naquilo que é possível.

O que é possível é o suficiente?

Se olharmos os indicadores econômicos, desde o início da tramitação da reforma, no fim do ano passado, vê-se que o índice de desemprego começa a cair, a inflação e os juros diminuem, a Bolsa de Valores subiu. O ajuste fiscal e a reforma trabalhista — ainda nem se discutiu Previdência — já deram segurança ao mercado. Em outros países, foram flexibilizadas a contratação e a demissão. O empregador que contratava um e pensava 10 vezes antes de contratar outro, porque não poderia dispensar, agora contrata quatro ou cinco apostando que a economia vai melhorar. E se não melhorar, pode dispensar.

Não vai aumentar a rotatividade da mão de obra no Brasil, que já é grande?

Pode, eventualmente, se as novas regras não valerem para os contratos atuais. Imediatamente, as empresas dirão: “a reforma foi feita para dar flexibilidade e não é possível para os

atuais contratados, então vamos despedir todo mundo e contratar todos de novo”. Vai precarizar, pela interpretação, não pela lei. Eu, pessoalmente, não tenho dúvida que o novo regime é para todos os trabalhadores. Não é só daqui para frente. Às vezes, uma interpretação pode levar a um efeito colateral.

Alguns preveem redução da distribuição de renda e a dispensa dos mais qualificados, que seriam trocados por dois mais inexperientes.

O que o trabalhador e a empresa precisam para funcionar bem é, fundamentalmente, segurança jurídica. O funcionário tem que saber o que vai ganhar, em que condições. Se for demitido, quais são os seus direitos. Salário e jornada são os dois principais elementos. Havia muitas lacunas na CLT. A reforma veio esmiuçar tudo. Agora, sabe-se claramente quais são os direitos do trabalhador, quais as condições em que a empresa pode contratar. Para nós, juízes, quanto mais clara for a lei, melhor.

Servidores públicos dizem que serão prejudicados e que, em última análise, quem vai perder é o cidadão.

Afetam o servidor o ajuste fiscal e a terceirização. Se o ajuste fiscal não fosse feito, não haveria dinheiro. A Justiça do Trabalho, este ano, fecharia em agosto. Mas tivemos um aporte de R\$ 1,5 bilhão do Executivo para fechar as contas. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, passou três horas aqui tirando nossas dúvidas. Ele mostrou que, sem o ajuste fiscal, o Estado estaria falido





Em que medida isso prejudicou o servidor?

Tivemos que dispensar 2.500 terceirizados, 2.500 estagiários e fechar mais cedo as portas. Aí houve uma grita da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entrei em contato com o presidente da República e com o ministro do Planejamento, dizendo que, se alguma coisa não fosse feita, iríamos fechar. O presidente foi supersensível, editou uma MP para salvar a Justiça do Trabalho.

Os magistrados têm muitas benesses. Estão dispostos a abrir mão de algumas?

Eu tenho defendido que o regime remuneratório da magistratura seja formado por subsídio mais adicional de tempo de serviço (ATS). É preciso acabar com todos os penduricalhos, como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, gratificação por substituição, cumulativo de juiz. Seria estabelecida uma regra de transição. Para não haver redução dos vencimentos, o juiz continuaria recebendo os benefícios, mas sem reajuste, até atingir o tempo necessário para ganhar o ATS. Na Justiça do Trabalho, seriam cinco anos de ajuste. Se o governo adotasse esse critério, gastaria menos. Até porque o auxílio-moradia, como é verba

indenizatória, não tem desconto nem de Previdência nem de Imposto de Renda. No ATS, há esses descontos, com a vantagem de fazer justiça, pois o aposentado recebe. Já conversei com magistrados. Pelo menos os da Justiça do Trabalho concordam.

Os juízes e os fiscais do Trabalho fizeram um manifesto contra a reforma e ameaçam não cumprir aspectos dos quais eles discordam. O que poderá acontecer?

O magistrado, quando toma posse, faz juramento de cumprir a Constituição e as leis da República. Não existe desobediência civil. O que eventualmente pode acontecer é ele chegar à conclusão de que algo é inconstitucional, mas isso precisa ser muito bem fundamentado. É o que se chama controle difuso de constitucionalidade. Quando começa a haver burburinho nesse sentido, a Advocacia-Geral da União (AGU) pode entrar com uma ação declaratória de constitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo uma definição rápida, até para a segurança da sociedade, do trabalhador e do empresário. No caso dos fiscais, eles podem ser cobrados pela sua direção e podem ser contestados judicialmente.